



Anexo

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da entidade: Santa Casa da Misericórdia da Calheta

1.2 Sede: R. Estrada Simão Gonçalves Câmara - ER224 n.º 91 9370 -139 Calheta

1.3 Natureza da Atividade: A Santa Casa da Misericórdia da Calheta, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, adaptado à Região pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 3/84/M, de 22 de Março, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 4/86/M, de 29 de Março e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 96/91, de 11 de Junho da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, que, se procedeu ao registo definitivo da alteração global dos estatutos da Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

Lar Nossa Senhora da Conceição - Rua das Amoreiras n.º 46, 9380-068 Arco da Calheta, com 26 utentes apoiados. A Santa Casa desenvolve a sua atividade neste espaço que pertence a Fábrica da Igreja do Arco da Calheta.

Lar Nossa Senhora da Estrela - Rua Estrada Simão Gonçalves Câmara, ER 224 n.º 91, 9370 - 139 Calheta, com 58 utentes apoiados.

O âmbito de ação das valências, Lar Nossa Senhora da Estrela e Lar Nossa Senhora da Conceição, consiste no alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para idosos em situação de maior risco de perda de independência e/ou autonomia.

Centro de Convívio - Rua Estrada Simão Gonçalves Câmara, ER 224 n.º 91, 9370 - 139 Calheta, com 100 utentes apoiados.

Desenvolve atividades de apoio a população idosa procurando proporcionar atividades socio-recreativas e de ocupação. Procura fomentar também as relações interpessoais ao nível dos idosos e destes com os outros grupos etários a fim de evitar o isolamento.

Em relação às referidas valências, Lar Nossa Senhora da Conceição, Lar Nossa Senhora da Estrela e Centro de Convívio para Idosos, foi celebrado acordo de cooperação n.º 04/2005 com o Instituto de Segurança Social da Madeira. Com produção de efeitos a 01 de Maio de 2006 foi feito uma adenda ao referido acordo. Esta adenda teve por objetivo a revisão do valor da comparticipação financeira, designadamente em resultado de alterações quer, na capacidade das valências Lar e Centro de Convívio, objeto do mesmo acordo, quer no horário de funcionamento da valência Centro de Convívio.

Serviço de Ajuda Domiciliária - Clássico - presta apoio a população idosa em todas as freguesias do concelho da Calheta, numa média de 290 utentes. A Santa Casa presta o seu serviço nesta valência tendo por base o acordo de gestão n.º 03/14 celebrado com o Instituto de Segurança Social da Madeira. Consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados ao domicílio, a indivíduos e famílias, quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a

satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades de vida diária, nomeadamente na prestação de cuidados de higiene pessoal e habitacional, e tratamento de roupa.

Serviço de Ajuda Domiciliária - Refeições - tem como objetivo produção, transporte e distribuição de refeições ao domicílio, a 50 Utentes. A Santa Casa presta o seu serviço nesta valência tendo por base o acordo de gestão n.º 03/14 celebrado com o Instituto de Segurança Social da Madeira.

Rede Regional Cuidados Continuados Integrados - UAID - Unidade de apoio integrado domiciliário da Calheta. Em parceria com o Instituto de Segurança Social da Madeira e Serviço Regional de Saúde da RAM, E.P.E. através do acordo de cooperação n.º 09/2007. Consiste na prestação ao domicílio para pessoas em situação de dependência ou em risco de perda de autonomia, garantindo, em regime de itinerância, a prestação de cuidados continuados, nomeadamente na reabilitação global do utente, na ajuda na aquisição de capacidades e competências dos utilizadores e suas famílias, promovendo a máxima autonomia e autocuidado.

Centro Social do Pinheiro - sítio do Pinheiro, Arco da Calheta. Usufruem deste centro cerca de 15 utentes. A Santa Casa colabora com o Instituto de Segurança Social da Madeira, na gestão deste centro, tendo por base o acordo de cooperação n.º 02/2003. É de referir que o espaço onde está instalado o centro pertence à Câmara Municipal da Calheta. Desenvolve atividades lúdicas-didáticas e de convívio com vista a melhoria das condições de vida dos utentes e da sua melhor integração social.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho - SNC;

Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro;

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março - Modelos de demonstrações financeiras;

Portaria n.º 106/2011, de 14 de março - Código de Contas;

Aviso n.º 6726 - B/2011, de 14 de março - NCRF-ESNL.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.



Relatório de Atividades e Contas

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2015 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2014.

2.4 Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não seja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas SNC.

2.5 Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos dos correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Fixo Tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Remodelação dos Edifícios	16 anos
Equipamento Transporte	5 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 3 a 8 anos

É procedimento da Instituição depreciar a 100% os ativos fixos tangíveis de reduzido valor, dado a sua imaterialidade.

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhoras significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que ocorrem. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

Relatório de Atividades e Contas

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Os ativos fixos tangíveis em curso, ainda em fase de construção, encontram-se registados no custo de aquisição.

Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.

As despesas de desenvolvimento e manutenção foram reconhecidas como gastos.

O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em sistema de duodécimos.

Ativo Fixo Intangível	Vida útil estimada
Programas de Computador	Entre 3 a 6 anos

PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões foram revistas na data do balanço e ajustadas, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

IMPARIIDADE DOS ATIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são constituídos por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de renda e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o Custo Médio Ponderado como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensuráveis com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes/utentes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes/utentes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade. As dívidas de «outros terceiros» encontram-se mensuradas ao custo.

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensurados pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, diuturnidades, feriados, subsídio de turno e de transporte, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pela Mesa Administrativa.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e o subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa da Misericórdia da Calheta.

4 - INVESTIMENTOS

4.1 - Investimentos Financeiros

Investimentos Financeiros	2015	2014
Fundo Compensação Trabalho (FCT)	445	0

4.2 - Propriedades de Investimento

Modelo aplicado

A Instituição manteve a contabilização das suas propriedades de investimento ao modelo do custo. Para maior detalhe sobre a política contabilística adotada consultar a nota 3.

Quantias reconhecidas como rendimentos foram:

Identificação das propriedades de Investimento	Montantes considerados em rendimento do período 2015
Edifício dos Paços do Concelho	23 369
Antigo Hospital da Misericórdia	43 241
Prédio Conservatória-Fração B-1º Andar	26 400
TOTAL	93 010

- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas: 50 anos, taxa de depreciação de dois por cento.

A variação ocorrida nas quantias escrituradas da propriedade de investimento no início e no fim do período, resume-se a:

Propriedades de investimentos	Valor de aquisição	Depreciação			Valor Líquido 31-12-2015
		acumuladas 31-12-2014	do ano	acumuladas 31-12-2015	
Câmara	638	638	0	638	0
Hospital	16 161	15 838	323	16 161	0
Conservatória	451 904	301 067	4 190	305 257	146 647
TOTAL	468 703	317 543	4 513	322 056	146 647

As rendas das propriedades de investimento dizem respeito às provenientes dos nossos prédios, nomeadamente Antigo Hospital da Misericórdia; Prédio Conservatória - fração B-1º andar e Edifício dos Paços do Concelho.

Apresentamos o valor patrimonial tributável à data de 31 de dezembro de 2015:

Propriedades de Investimento	Artigo Nº	Valor apresentado pelas finanças 2015	Avaliado em:
Edifício dos Paços do Concelho	1027/1889	226 590	14-05-2012
Antigo Hospital da Misericórdia	2355	1 185 450	30-05-2012
Prédio Conservatória-Fração B-1º Andar	2658 B	200 170	08-06-2013
TOTAL		1 612 210	

É de referir que em 2015, foram doados à Instituição prédios urbanos com valor patrimonial tributável de 112 174 € e prédios rústicos com valor de 307 €. De referir que foram alienados prédios no valor 14 682 €, discriminadas no quadro abaixo:

Terrenos e Recursos Naturais	31-12-2014	Doações	Alienação	31-12-2015
Prédios Urbanos	35 268	112 174	14 564	132 878
Prédios Rústicos	204	307	118	393
TOTAL	35 472	112 481	14 682	133 271

4.3 - Ativos Fixos Tangíveis

- ❖ Os ativos fixos tangíveis e intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas;
- ❖ As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos;
- ❖ Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Relatório de Atividades e Contas

Descrição	31-12-2014	Adições	Abate	Transferência	31-12-2015
Terrenos e recursos naturais	445 977				445 977
Edifícios e outras construções *(1)	2 902 026	111 535			3 013 561
Equipamento básico	585 962	40 126			626 088
Equipamento de transporte	305 471		18 850		286 621
Equipamento administrativo	143 425	10 599			154 024
Outros ativos fixos tangíveis	56 550		642		55 908
Investimentos em curso *(2)	42 306	112 135		111 535	42 906
Ativo Tangível Bruto	4 481 717	274 396	19 492	111 535	4 625 086

Depreciações acumuladas	2 029 255	157 748	19 492	0	2 167 511
-------------------------	-----------	---------	--------	---	-----------

Ativo Tangível Líquido	2 452 462	116 648	0	111 535	2 457 575
-------------------------------	------------------	----------------	----------	----------------	------------------

*(1) Foram efetuadas obras na cozinha da Santa Casa da Misericórdia, remodelando o espaço já existente, de modo a proporcionar as condições necessárias, no valor de 111 535 €.

* (2) Em relação aos investimentos em curso, em 2015 registam-se o valor de 42 906 € referentes a projetos de arquitetura e especialidades para remodelação do Lar da Nossa Senhora da Estrela e espaços comuns.

As depreciações do exercício, no montante de 157 748 €, foram reconhecidas na rubrica gastos de depreciação e amortização.

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, e a vida útil determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Em 2015 terminou todas as obras e aquisição de equipamentos relacionados com a candidatura de apoio ao investimento ao IFAP através da Adrama -Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira.

Este projeto de apoio tem enquadramento na Medida 3.2 - Serviços Básicos para a População Rural, nomeadamente na Ação 3.2.3 - Serviços de Acompanhamento Domiciliário a Idosos e Deficientes e Serviços Itinerantes de Apoio Social. A este projeto deu-se o nome de "Calheta + Social". O total do investimento considerado elegível foi de 250 000 €. O apoio seria de 80% desse valor, isto é, 200 000 €. No entanto o valor total recebido pela Instituição foi de 198 275 €, discriminadas pelas seguintes rubricas:

Rubricas Investimento - "Calheta + Social"	Apoio ADRAMA
Viatura Mercedes 34-NM-82	20 697
S. Aquecimento de Águas Sanitárias	26 537
Obras Lavandaria	49 065
Equipamento de Lavandaria	35 840
Equipamento de Cozinha	63 391
Outros Equipamentos	2 745
TOTAL	198 275

4.4 - Ativos Fixos Intangíveis

- a) Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.
- b) As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- c) Foram determinadas vidas úteis finitas, de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Descrição	31-12-2014	Adições	Abate	31-12-2015
Ativos fixos intangíveis	1 153	154		1 307
Ativo Intangível Bruto	1 153	154	0	1 307

Depreciações acumuladas	1 153	154	0	1 307
-------------------------	-------	-----	---	-------

Ativo Intangível Líquido	0	0	0	0
---------------------------------	----------	----------	----------	----------

5 INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando o custo médio ponderado como fórmula de custeio. O sistema de inventário utilizado é o permanente.

Existem bens, nomeadamente géneros alimentares, oferecidos por particulares ou empresas, que a SCMC os classifica, atribuindo valor de mercado e havendo controlo sobre o seu consumo, ficando os mesmos valorizados nos inventários.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Descrição	2015	2014
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	26 800	26 760
Total	26 800	26 760

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período.

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 detalham-se conforme quadro que se segue:

Descrição	2015	2014
Saldo Inicial	26 760	10 789
Compras	250 542	211 922
Saldo Final	26 800	26 760
Gastos no período	250 502	195 951

Relatório de Atividades e Contas

O custo da mercadoria vendida e matéria consumida subdividem-se em:

Gastos no período	2015	2014
CMVMC		
Géneros Alimentares	129 800	99 700
Medicação e Encargos Saúde	29 685	32 491
Material Higiene e Conforto	54 888	44 590
Material Limpeza	28 660	17 371
Material Escritório/Didático	4 515	1 799
Utensílios	201	
Rouparia	138	
Material Diverso	2 616	
TOTAL	250 502	195 951

O custo da mercadoria vendida e matéria consumida aumentou devido a valência SAD Refeições. Esta valência teve início em dezembro de 2014, com 30 refeições diárias. Em fevereiro de 2015 passou para 50 refeições.

6 RÉDITO

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Rendimentos	2015	2014	Varição
Prestação de Serviços	596 044	577 013	19 031
Subsídios à exploração	1 192 090	1 076 488	115 602
Reversões	2 300	2 000	300
Outros Rendimentos e ganhos	318 940	292 788	26 153
Juros e outros rendimentos	23 180	55 273	-32 093
TOTAL	2 132 554	2 003 562	128 992

Em *prestação de serviços* estão registados as mensalidades, as participações familiares dos utentes em regime de internamento, as participações dos utentes do Centro de Convívio e do Centro Social do Pinheiro. Nesta rubrica estão registadas também os serviços sociais (Refeições e Fraldas) bem como as quotizações dos Irmãos da Santa Casa.

Os *subsídios à exploração* são os apoios do Instituto da Segurança Social da Madeira, de acordo com os acordos de cooperação celebrados com a Instituição, referidos no ponto 1.3 deste anexo.

Em *outros rendimentos e ganhos* referem-se principalmente as rendas com propriedades de investimento, nomeadamente os Paços do Conselho - Câmara Municipal da Calheta, Hospital da Calheta e da Conservatória do Registo Civil e Predial da Calheta, no valor de 93 010 €, ver nota 4.2 deste anexo. As imputações dos subsídios para investimentos no valor de 86 507 €, descritas com mais pormenor no ponto n.º 7 deste anexo. As alienações do ativo fixo tangível no valor 57 718 € e os donativos no valor de 43 371 €.

Relatório de Atividades e Contas

7 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Ao analisar o quadro seguinte podemos verificar que, anualmente é registado o subsídio ao investimento, atribuídos tanto pela Segurança Social como pelo Governo Regional, aquando da construção do edifício Lar nossa Senhora da Estrela e Centro de Dia, no montante de 46 420 €. Do total de subsídio para as obras ainda encontra-se por afetar aos anos seguintes 1 392 613 €.

Em 2014 foi feito uma candidatura ao Instituto de Desenvolvimento Regional - IDR, para aquisição de uma viatura adaptada a pessoas com mobilidade reduzida, o qual foi aprovada. Tendo sido registado como proveito 7 852 € em 2015.

Descrição	Amortizações			
	Total Subsídios	Total Amortizado	Ano	a Amortizar
Subsídios de obras	2 321 021	881 988	46 420	1 392 613
Subsídios de viaturas Seg.Social	71 392	71 392	0	0
Subsídios de viaturas IDR	39 259	7 852	7 852	23 555
Subsídios Equipamento Seg.Social	239 298	239 298	0	0
Adrama "Calheta + Social"	198 275	28 147	32 235	137 893
TOTAL	2 869 245	1 228 677	86 507	1 554 061

Outro dos subsídios ao investimento foi o do IFAP - Adrama, como já referido neste anexo. O apoio foi 198 275€, discriminado no quadro seguinte:

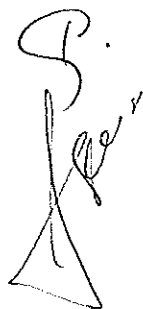
Rubricas Investimento - "Calheta + Social"	Apoio ADRAMA
Viatura Mercedes 34-NM-82	20 697
S. Aquecimento de Águas Sanitárias	26 537
Obras Lavandaria	49 065
Equipamento de Lavandaria	35 840
Equipamento de Cozinha	63 391
Outros Equipamentos	2 745
TOTAL	198 275

8 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Instituição encontra-se isenta de IRC - Publicado no Diário da República - III série, n.º 6, de 8 de Janeiro de 1992, tanto na atividade económica principal, CAE - 87301 - Atividades apoio social para pessoas idosas com alojamento, como na atividade secundária, CAE - 88990 - Outras atividades de apoio social sem alojamento.

9 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas



Relatório de Atividades e Contas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

9.1 Fornecedores/Clientes/Outras contas a receber e a pagar/Pessoal

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de «Fornecedores/Clientes/Outras contas a receber e a pagar/Pessoal» apresentava a seguinte composição:

Descrição	2015			2014		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	TOTAL	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	TOTAL
Ativos						
Clientes e utentes	42 572	32 211	10 361	49 688	41 791	7 896
Outras contas a receber (*1)	25 885		25 885	358 957		358 957
TOTAL do ATIVO	68 457	32 211	36 246	408 645	41 791	366 853
Passivo						
Fornecedores Curto prazo	24 632		24 632	25 277		25 277
Outras contas a pagar (*2)	445 263		445 263	499 298		499 298
TOTAL do PASSIVO	469 895	0	469 895	524 575	0	524 575
TOTAL LÍQUIDO	-401 438	32 211	-433 649	-115 930	41 791	-157 722

Passamos a analisar mais detalhadamente a informação contida no quadro anterior.

(*1) Os valores referentes a “Outras contas a receber” dizem respeito a:

(*1) Outras Contas a receber	2015
Juros a receber (*A)	6 453
Receitas diferidas	7 839
Pessoal especializado	263
Serviço regional saúde	10 807
Dívidas de utente	136
IFAP	388
TOTAL	25 885

(*A) corresponde a acréscimos de rendimentos. Estes juros só serão recebidos efetivamente em 2016 mas referem-se a aplicações financeiras realizadas em 2015 e que devem ser refletidas nas contas do presente exercício.

(*2) Os valores referentes a “Outras contas a pagar” correspondem a:

Relatório de Atividades e Contas

(*2) Outras Contas a pagar	2015
Fornecedores de Investimento	4 680
Acréscimo de gastos com férias e subsídio férias	180 673
Despesas diferidas	7 965
Dívidas a pessoal especializado	4 978
Dívidas a utentes (*A)	203 895
Dívidas a outros devedores (*B)	25 000
Dívidas a solicitador	184
Dívidas a Parcerias outras Instituições (PEA)	17 889
TOTAL	445 263

(*A) Corresponde ao saldo líquido que resulta de parte das pensões deduzidas das despesas pessoais/extraordinárias dos utentes.

(*B) O montante corresponde a um adiantamento efetuado em 2006 por um potencial comprador de um terreno doado à Santa Casa.

9.2 Reconhecimento das perdas por imparidade

No reconhecimento das perdas por imparidade de dívida a receber, o cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida e a expectativa de recuperabilidade dos saldos.

	2015	2014
Imparidade acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em dívida	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos clientes	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos clientes
Até 12 meses	1 200	2 050
de 13 a 24 meses	5 550	5 517
Superior a 25 meses	25 461	34 224
TOTAL	32 211	41 791

Descrição	Perdas por imparidade do período	Reversões de perdas por imparidade	TOTAL
Dívidas a receber - Clientes	3 450	2 300	1 150
Perdas por imparidade	150 000		150 000
TOTAL	153 450	2 300	151 150

9.3 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentavam a seguinte decomposição:

Relatório de Atividades e Contas

Descrição	2015	2014
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	3 733	1 763
Depósito à ordem	133 478	65 148
Outros depósitos bancários	2 148 292	2 051 932
TOTAL	2 285 504	2 118 843

Os “Outros depósitos bancários” referem-se as aplicações em depósitos a prazo. Foram aplicadas em diversas Instituições bancárias de modo a diversificar o risco.

Incluem valores mobiliários representativos de dívida de curto prazo, designados por papel comercial, não tendo este valor sido reembolsado pela entidade emitente nos prazos previstos. Encontrando-se a entidade emitente em situação de insolvência, a Instituição, tendo em consideração as ações com vista à obtenção do reembolso integral do valor investido desencadeadas, optou por constituir imparidade para fazer face à incerteza do reembolso.

Na divulgação dos *fluxos de caixa*, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimento e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Santa Casa.

Na elaboração do referido mapa incluem-se:

- *Recebimentos de clientes e utentes (0111)* - as mensalidades, participações familiares, entre outras receitas de prestação de serviços;
- *Outros recebimentos/pagamentos (013)* - as rendas, quotizações, donativos, subsídios à exploração;
- *Juros e rendimentos similares (0226)* - os juros.

10 BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2015	2014
Gastos com pessoal		
Remuneração do Pessoal	1 184 925	1 048 017
Encargos sobre remuneração	229 946	205 778
Seguro Pessoal	5 554	5 324
Outros Gastos	7 233	7 869
TOTAL	1 427 657	1 266 988

Ao analisar este ponto, não podemos deixar de verificar o que foi referido na nota 3.1 deste anexo, bem como o referido na análise da situação económica e financeira, no que diz respeito aos benefícios dos empregados.

A rubrica “Outros gastos” inclui gastos com o vestuário e calçado (fardas), a medicina no trabalho e a formação.

11 OUTRAS INFORMAÇÕES

11.1 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Estado e outros entes públicos		
Ativos		
Restituição do IVA	16 541	4 011
Retenção Imposto sobre Rendimento	27	0
Total do Ativo	16 568	4 011
Passivo		
Retenção de imposto sobre rendimento	9 912	4 047
Contribuições para a Segurança Social	32 245	23 399
Fundo Compensação Trabalho	84	40
Total do Passivo	42 240	27 486
TOTAL LÍQUIDO	25 673	23 475

Tendo em conta a Lei n.º 64-B/2011 artigo 179.º, n.º 2, as Instituições Particulares de Solidariedade Social têm direito à restituição de um montante equivalente a 50% do IVA suportado relativo às operações previstas na alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de janeiro.

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro - Orçamento de Estado, também previu para 2015 a restituição de 50% do IVA suportado nas aquisições de bens alimentares e bebidas.

Deste modo a Instituição tem a receber de restituição de IVA o valor de 16 541 €, referente a:

Restituição de IVA	2015
Construção, manutenção ou conservação de imóveis	11 611
Bens ativo fixo tangível	1 105
Géneros Alimentares	3 825
TOTAL	16 541

É de referir que os valores em dívida em 31 de dezembro de 2015, *retenção de imposto sobre o rendimento* e *as contribuições para a segurança social*, são relativas a dezembro de 2015, pagas em janeiro de 2016.

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Relatório de Atividades e Contas

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, a situação da Instituição perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11.2 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	2015	2014
Ativos		
Gastos a reconhecer		
Seguro automóvel	772	1 051
Seguros de instalações	185	100
Diário Notícias	227	43
Jornal Madeira	110	73
Trulynolen	84	0
Seguro Acidentes Trabalho	520	923
Acingov	0	488
TOTAL	1 897	2 679
Passivos		
Rendimentos a reconhecer	305	305
Inventário	305	305
TOTAL	305	305

11.3 Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Fundos patrimoniais	2015	2014
Fundos	322 946	322 946
Reservas	60 259	81 940
Resultados Transitados	2 567 264	2 510 287
Outras Variações de fundos patrimoniais	1 674 652	1 642 293
TOTAL	4 625 121	4 557 466

É procedimento da Instituição transferir o resultado líquido de cada período para resultados transitados.

Em relação a composição das *outras variações de fundos patrimoniais* ver nota 7.



12 Acontecimento após a data do balanço

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para a emissão em 21 de março de 2016.

Toc n.º 12063 (M^a Conceção Silva Sousa)

Mesa Administrativa

Provedora (M^a Cecília Gouveia Cachucho)

Vice Provedor (Manuel Jerónimo Sequeira)

Tesoureiro (M^a José Santos Sousa)

Secretário (M^a Fátima Magalhães e Almeida)

Vogal (José Eduardo Coutinho Paiva)

6

7